

A memória como património: da narrativa à imagem¹

Luís Cunha²

A raia luso-espanhola tem pelo menos uma característica que lhe dá notória uniformidade: o seu carácter fortemente periférico relativamente aos centros de decisão política e económica dos dois países. Esta marca, que não encontramos em todos os lugares de fronteira³, desfavorece as populações a vários níveis mas ao mesmo tempo acentua as virtudes de distinção associadas às zonas raianas. Assim, do ponto de vista das narrativas que circulam na comunidade, esse afastamento tanto fortaleceu os argumentos usados para vincar o abandono e o desprezo a que as populações se sentiram votadas, como permitiu manifestações de orgulho pela independência e sentido de oposição face ao poder de Estado. Ressentimento e orgulho são, neste caso, duas faces de uma mesma moeda, tendo o peso atribuído a uma ou a outra variado ao sabor das circunstâncias históricas que foram marcando a vida da fronteira, nomeadamente a relação das populações raianas com o poder central. Quando aqui falamos de centro/periferia fazemo-lo, naturalmente, a partir de um entendimento alicerçado no modelo político e de gestão do território característico do Estado-nação. De facto, quer o encaremos do ponto de vista da cultura nacional que produz e promove, quer nos focalizemos na gestão política e administrativa, o Estado-nação configura um modelo tutelar que impõe uma centralização abrangente e vinculativa. Nas últimas décadas, a maior abrangência das formas de gestão política e económica, reforçadas de força decisiva pela adesão à Comunidade Europeia, reconfiguraram esta lógica. Os vários programas de cooperação fronteiriça, desenvolvidos no âmbito comunitário, assentam

¹ V Encontro Ibérico de Antropólogos, La Seu d'Urgell, Setembro 2009. Publicado em 2010. Mármol, Camila del; Frigolé, Joan & Norotzky, Susana (eds.), *Los Lindes del Patrimonio. Consumo y Valores del Pasado*, Barcelona, Icaria, pp. 235-249.

² Universidade do Minho, CRIA.

³ Em lugares como Andorra, todo o país é fronteira e todo ele se pensa em função dessa omnipresença (Comas d'Argemir & Pujadas (1997), mas também regiões que demarcam fronteiras internacionais, como a Catalunha ou o País Basco, parecem escapar ao *carácter periférico*, pelo menos na sua dimensão económica.

numa visão integrada das zonas raianas, promovendo a aproximação de regiões que durante séculos foram vistas e construídas como contrapostas e mesmo antagónicas. Apesar de tudo, esta mudança de estratégia política, com evidentes implicações económicas, nem sempre é evidente nas representações e nas práticas que podemos encontrar na raia – pelo menos na raia portuguesa, aquela em que incide a nossa observação.

Todavia, apesar deste efeito algo diluído, estamos perante uma mudança que teve consequências importantes para as populações locais. Alguns autores falam de “cultura de fronteira” e denunciam o seu desmantelamento (Uriarte, 1994), mas consideramos útil substituir essa expressão, que nos parece algo rígida e pesada conceptualmente, pela fluidez de um registo de natureza predominantemente descritivo. Do ponto de vista local, o que se perdeu de mais significativo, sobretudo a partir dos anos 80 com a adesão de Portugal e Espanha à então CEE, foi a possibilidade de recorrer à fronteira como um recurso económico, isto é, como uma fonte possível de rendimento, quer acrescentando aos proventos do trabalho habitual quer propiciando uma profissionalização específica, directa ou indirectamente ligada ao contrabando⁴. Mas mesmo esta questão da falência da fronteira enquanto recurso material deve ser considerada com cautela. Por um lado, porque esse recurso nunca deixou de existir completamente, ainda que se tenha transfigurado de forma notória – diferenças de preço continuam a manter algum comércio atractivo, ainda que legal, do mesmo modo que diferenças reais ou projectadas favorecem as visitas mais ou menos turísticas ao outro lado da fronteira. Por outro lado, e mais importante para aquilo que aqui nos ocupa, a ideia da fronteira como recurso não se esgota nem nunca se esgotou nos benefícios estritamente materiais.

⁴ Sobre esta questão, que remete para os mecanismos de informalidade na actividade económica, cf. Cunha, 2006.

Bem sabemos que quando se alude a «cultura de fronteira» e ao seu desaparecimento se está a aludir a uma vasta realidade, a uma estrutura profunda que articulou as relações transfronteiriças. O contrabando não é senão parte dessa estrutura, mas parece evidente que o seu peso relativo deu a essa actividade uma dimensão em si mesma estruturadora. Em todo o caso, o que aqui nos importa perceber não são propriamente as consequências do desaparecimento do contrabando tradicional mas a sua sobrevivência - já não enquanto prática mas enquanto recurso narrativo. A este nível, essa actividade pode considerar-se tão importante como o foi no passado, pois desempenha um papel decisivo na memória e na identidade das populações raianas. Se quisermos ser rigorosos, devemos dizer que o *contrabando tradicional* – entendendo por tal uma forma de comércio clandestino que atravessava transversalmente as comunidades raianas e que atribuía um forte peso à iniciativa singular do contrabandista – desapareceu ainda antes da abertura das fronteiras. Sobretudo a partir dos anos 70 - ainda que esta temporalização possa ter variado ao longo da fronteira e em função da natureza dos produtos - o contrabando passou a ser uma actividade centrada em grupos empresariais fortes, transformando o contrabandista de outras eras num mero assalariado. O heróico contrabandista, que passava as noites ao relento, arriscando a vida e a fazenda para levar uma carga de contrabando por vezes mais de uma centena de quilómetros para além da fronteira, foi deixando de ter lugar numa actividade cada vez mais organizada, que contava com outros recursos e também com maior tolerância ou mesmo conivência por parte das autoridades. Há nesta transformação sensível da actividade contrabandista um primeiro aspecto que importa sublinhar. Quando falamos do contrabando como recurso narrativo estamos a evocar uma imagem específica, aquela que prevalece na memória colectiva, ou seja, a do bravo e valente contrabandista associado ao contrabando tradicional. Esta representação apaga ou dilui todas as outras, de tal forma que se pode afirmar estarmos perante a escolha de uma franja da história em detrimento de representações alternativas. Dizendo de outra forma, estamos perante um trabalho de construção narrativa, sendo que o processo de patrimonialização do contrabando, sobre o qual aqui reflectirei, assenta também nesta forma de reificação dessa actividade.

Foi logo no começo dos anos 80 que Marc Guillaume defendeu que a ideia de património se teria constituído nas sociedades ocidentais como uma nova forma de paixão. Não terá sido o primeiro a fazê-lo e não foi, evidentemente, o último, mas mais importante que discutir a genealogia da ideia é sublinhar a sua relevância para perceber os processos de patrimonialização naquilo que eles nem sempre revelam: quais as forças sociais implicadas e o modo como interagem e produzem sentido. Assim, interessa-nos perceber a memória do contrabando do ponto de vista da sua objectivização, quer dizer, da possibilidade de lhe dar um uso e um sentido, de forma a produzir efeitos específicos. Entendida desta forma, vincando a sua dimensão narrativa, a memória do contrabando surge como uma matéria-prima disponível localmente, ainda que a sua utilização seja bastante desigual. Naturalmente que o contrabando não é mais que parte de uma constelação mais ampla e que engloba representações da história - por exemplo do passado militar de muitos dos lugares de fronteira – mas também discursos, que tanto reivindicam o respeito por uma identidade comum, supostamente usurpada pelos poderes centrais, como, em registo inverso, asseguram e legitimam especificidades nacionais que importaria preservar. São todos estes conteúdos e outros ainda, num cruzamento de memórias imprecisas e difusas com registos cristalizados na escrita e com discursos sustentados nos lugares de autoridade de onde emanam, que consubstanciam os processos de patrimonialização a que aludimos. Nesta ocasião, porém, concentrar-nos-emos no contrabando, procurando fazer dele uma ilustração convincente de um processo que o transcende.

Propomo-nos confrontar três lugares da fronteira luso-espanhola, todos eles com um passado bastante expressivo no que à actividade do contrabando diz respeito. A Norte, separando o Minho da Galiza, o concelho de Melgaço concilia fronteira terrestre (cerca de 22 quilómetros) com fronteira fluvial (cerca de 40 quilómetros). Apesar de ser pouco extenso (232 km²), tinha, no começo da década de 1960, 17 postos da Guarda-

Fiscal, onde cumpriam serviço cerca de cem militares⁵. Dos três troços de fronteira a que faremos referência, Melgaço é aquele que de forma mais consistente tem apostado numa efectiva patrimonialização do contrabando, nomeadamente através da criação de um museu onde a temática ocupa lugar central⁶. Com bastante maior dimensão (823 Km²), o concelho do Sabugal possui cerca de 40 km de fronteira, sobretudo em zona de serra⁷. A aldeia de Quadrazais, que integra este concelho, tornou-se numa importante referência no que ao contrabando diz respeito, sobretudo a partir de um romance publicado em 1939 e no qual esse tema assume uma particular relevância. Neste caso interessou-nos observar até que ponto esse texto emblemático sobreviveu ao tempo, até porque foi reeditado recentemente (2003) pela Câmara Municipal do Sabugal (Montemor, 1939). Finalmente, o terceiro ponto de focalização do nosso olhar não está geograficamente distante do Sabugal. Trata-se de Campo Maior, pequeno concelho do Norte alentejano (347 km²)⁸, e neste caso a marca maior que o distingue e torna notável na história do contrabando é a existência de uma enorme torrefacção de café, herança viva da intensa actividade contrabandista de outros tempos.

O núcleo museológico «Espaço Memória e Fronteira» legitima-se a partir de uma reivindicação de especificidade geográfica, a que se associam práticas sociais que o museu procura retratar:

O concelho de Melgaço é caracterizado por uma fronteira extensa e diversificada, que vais desde o Rio Minho, passando pelos rios de montanha como o Trancoso e o Laboreiro e uma raia seca que se estende ao longo do planalto de Castro Laboreiro. Esta situação geográfica criou condições para que, ao longo do conturbado século XX, se enraizassem em Melgaço duas realidades, que se cruzam para além do traço comum da fronteira: e emigração e o contrabando. É da memória dessas duas

⁵ Para uma visão sintética mas expressiva do fenómeno do contrabando neste concelho, cf. Gonçalves, 2008.

⁶ Como ilustração de um projecto museológico distinto deste mas que toma também a fronteira como tópico de construção, cf. Garcia de León, 2006.

⁷ Para uma visão abrangente e informada do que foi a realidade do contrabando nesta região, cf. Amante, 2004 e Rovisco, 2009.

⁸ Dos três lugares de que tentarei dar aqui conta, este é aquele de que posso falar com maior conhecimento de causa, pois foi aí que realizei investigação aprofundada (Cunha, 2006).

realidades, que surge o «espaço memória e fronteira» (Folheto de apresentação do «Espaço Memória e Fronteira»).

Ao mesmo tempo que apontam a “criação de um produto turístico e cultural “ (Esteves & Sousa, 2007: 42), os responsáveis pelo museu vincam um conjunto de escolhas estéticas que visam provocar um efeito legível pelo visitante:

A proximidade do ribeiro e o dramatismo induzido pelas margens escarpadas do mesmo, emergiram desde o início do projecto como uma interessante alegoria à temática, pela analogia que permitiria estabelecer com a noção de fronteira, designadamente no que se refere ao troço em que este coincide com o rio Minho (Esteves & Sousa, 2007: 43).

A construção de uma ponte pedonal junto ao museu, ao mesmo tempo que permite a ligação do núcleo antigo da vila às novas áreas de expansão, visa uma leitura simbólica, no caso a da passagem do rio/fronteira, inevitavelmente associada à emigração e ao contrabando.

Paralelamente à recolha de objectos associados ao contrabando e à emigração, o projecto compreende também a recolha de testemunhos e de histórias de vida. Assumindo-se como produto turístico proposto aos visitantes da vila, a verdade é que o «Espaço Memória e Fronteira» elabora também um discurso referencial para dentro da comunidade. As ideias de coragem e sacrifício ocupam um lugar central na narrativa que o museu propõe. No que diz respeito especificamente ao contrabando, a sua evocação assenta num conjunto bem definido de sinais atribuídos a essa actividade, dos quais se destaca a imagem do contrabandista como um empreendedor, alguém dinâmico e sagaz, capaz de enfrentar com bravura os obstáculos naturais e com inteligência a oposição dos guardas-fiscais. No que diz respeito à história do contrabando, esta é feita mais a partir dos produtos contrabandeados do que da modificação organizacional das práticas. Assim, entre os objectos expostos, encontramos amostras de vários produtos transportados pelos contrabandistas, mas também a farda de um guarda-fiscal, um barco usado no contrabando fluvial, autos de apreensão de mercadorias, etc. Já a imagem do

contrabandista é relativamente plana, como se existisse numa espécie de suspensão do tempo.

O município de Melgaço, em alternativa à criação de um único espaço museológico, tem optado pela criação de uma rede de pequenos museus. O núcleo museológico da Torre de Menagem e as Ruínas Arqueológicas da Praça da República têm, também eles, uma evidente conotação histórica, mas o «Espaço Memória e Fronteira» é o único que procura fazer uma ponte com o presente, isto é, que procura dar sentido e conteúdo à memória colectiva através da construção de uma narrativa em que a comunidade pode e deve rever-se. A junção do contrabando e da emigração no mesmo espaço físico e em semelhantes balizas expressivas faz por isso todo o sentido. Não só pela permeabilidade entre as duas actividades – em lugares de fronteira a emigração incrementa-se não tanto pela diminuição do contrabando mas pelas transformações internas da actividade – mas também porque congregam tópicos discursivos convergentes. As ideias de travessia, de clandestinidade, de enfrentamento dos perigos e da luta pela sobrevivência e melhoria das condições de vida para a família, contam-se entre esses tópicos.

A realidade do Sabugal é um pouco diferente no que diz respeito à aposta do município no contrabando como referência da comunidade. É verdade que em Junho de 2006 a edilidade promoveu umas «Jornadas» sobre o tema, a que associou uma exposição denominada «Memórias do Contrabando». É também verdade que em 2003 editou o romance *Maria Mim*, de Nuno de Montemor, obra publicada pela primeira vez em 1939 e desde então associada ao contrabando como marca específica e distintiva da pequena aldeia de Quadrazais. Estas parecem ser, todavia, iniciativas desgarradas, que parece não terem deixado rasto visível nem obedecerem a uma estratégia consistente de posicionamento face ao tema. O nosso interesse pela realidade deste concelho advém,

justamente, da importância de Quadrazais no imaginário do contrabando⁹. Pinho Leal, em 1878, caracterizou os Quadrazinhos como sendo muito turbulentos, vivendo quase todos de contrabandear (Leal, 1880: 5). Também Leite de Vasconcelos os caracteriza do forma a não deixar dúvidas:

Quadrazais é o nome de uma freguesia do Sabugal, a cujos habitantes se chama Quadrazinhos, que se dedicam ao mister de negociantes de azeite, sabão, etc., e ao de almocreves, fazendo muito contrabando, e usando entre si especial gíria, quando andam fora da terra (Vasconcelos, 1942: 312).

O romance escrito por Nuno de Montemor relata os amores platónicos de uma contrabandista com um militar em serviço na fronteira, ao mesmo tempo que, como pano de fundo, vai pintando o retrato de uma comunidade orgulhosa da sua autonomia e independência:

E foi assim que a má fama de Quadrazais nasceu das grandes qualidades da sua gente ousada, pois que à falta dos meios que o Estado jamais lhe facultou, elas eram de uma tal exuberância que, embora desordenadamente, criaram um nome em todo o país (Montemor, 1939: 256).

Numa dissertação de licenciatura defendida em 1984, Cristina Santinho defende mesmo que a figura de Maria Mím, a protagonista do romance, se tinha tornado numa espécie de herói local inspirador dos contrabandistas. Num trabalho mais recente, um investigador local reitera a imagem de singularidade de Quadrazais:

Todas as aldeias raianas sentem orgulho na vida do contrabando, mas nenhuma o sente tão fortemente como Quadrazais. As aldeias disputam entre si o título de bastião do contrabando. Algumas arvoram-se de terem possuído as maiores sociedades de contrabando e de terem sido palco das maiores transacções das

⁹ Convém dizer que se trata de um interesse nascente e ainda em fase meramente prospectiva, pelo que todas as considerações que possa tecer devem ser lidas com a devida cautela e o crédito que possam merecer, ao contrário do eventual demérito, creditado a quem investigou a região e sobre ela escreveu. O mesmo serve, ainda que com ligeiras nuances para a realidade etnográfica de Melgaço.

últimas décadas. Penha Garcia no concelho de Idanha-a-Nova e o Soito, no concelho do Sabugal, foram talvez aquelas onde a actividade atingiu maiores dimensões nos últimos tempos, mas foi Quadrazais (...) que mais fama granjeou ao longo dos anos (Cabanas, 2006: 201).

A singularidade desta aldeia tem ainda a ver com a chamada gíria quadrazenha, que aparecendo associada ao contrabando reforça o peso simbólico deste actividade no passado da aldeia. O próprio Nuno de Montemor acaba o seu romance com um pequeno dicionário de “quadrazenho”, procurando mostrar que as expressões usadas tinham diferentes origens, desde palavras de origem estrangeira até anagramas, passando pelo “capricho fonético do rústico” (Montemor, 1939: 334). Esta tão forte ligação de Quadrazais ao contrabando – e na verdade ao comércio ambulante, que não implicava, obrigatoriamente, contrabando – acabou por contribuir decisivamente para a perda da sua importância relativa no concelho. Sendo uma das aldeias mais povoadas do Sabugal ainda no começo dos anos 50, perdeu cerca de 75% da sua população nas três décadas seguintes. Nos nossos primeiros contactos com esta região constatamos que muito embora Maria Mim não tenha caído no esquecimento, o lugar referencial do contrabando no concelho parece já não ser Quadrazais. Este parece-nos um aspecto importante, pois revela como as dinâmicas locais podem ser importantes no reajustamento dos discursos, mesmo daqueles que se apresentam fortemente consolidados. No caso concreto, a evocação do contrabando como passado comum cuja memória deve ser partilhada, parece deslocar-se para uma outra freguesia, facto explicado localmente pelo maior dinamismo e capacidade de acção de um político local. Estamos a falar de Fóios, freguesia vizinha de Quadrazais, que em 1995 celebrou um pacto de geminação com o município espanhol de Eljas (Amante, 2007: 51). Num quadro de diluição das fronteiras, este acordo pode ser entendido como uma forma de reafirmar e mesmo reforçar antigos laços – pelo menos é assim interpretado por quem investigou a fronteira nesta região:

A forte relação entre as pessoas dos Fóios e das Eljas está alicerçada precisamente na actividade do contrabando. As relações económicas e sociais tradicionais da

população raiana dos Fóios foram muito mais estreitas com as Eljas e Valverde del Fresno do que com outros pueblos raianos (Amante, 2007: 51).

Esta mesma investigadora sublinha a excepcionalidade deste pacto na região, apontando, por isso, a freguesia de Fóios como a “única que efectivamente desenvolveu esforços no sentido de dar continuidade às relações que tradicionalmente se mantiveram entre as populações raianas” da região (Amante, 2007: 52). Nota, por outro lado, que o pacto de geminação é ambicioso nos objectivos que define, sendo provável que muito do que prevê não seja alcançado. Uma aposta relevante tem sido a do intercâmbio escolar, mas também têm sido realizados convívios e passeios pedestres, nomeadamente em percursos que intitulam de «Rotas do Contrabando», além de outras actividades.

O lugar de destaque que Fóios vem ocupando num concelho amplamente raiano exige que se diga algo mais. O actual presidente desta Junta de Freguesia participou nas «Jornadas do Contrabando» que decorreram no Sabugal em 2006, tendo aí apresentado uma comunicação (Campos, 2007), na qual deu conta das suas memórias no que respeita aquela actividade - a que ele próprio nunca se dedicou mas que foi exercida por vários familiares seus. Ao contrário do que acontece em Melgaço, onde o processo de patrimonialização do contrabando (no caso acompanhado pela emigração) parece obedecer a uma vontade das autoridades municipais, no caso do Sabugal o empenhamento, ainda que decorra de uma autoridade política, tem uma forte componente pessoal, ou seja, obedece a uma estratégia bastante difusa e descentralizada. Recentemente, quando procurávamos encontrar algum interlocutor de Quadrazais, sempre nos sugeriam Fóios e o sr. Campos, o referido Presidente da Junta de Freguesia, sempre apontado como um entusiasta do tema do contrabando. E é justamente a ideia de uma dinamização motivada pelo entusiasmo que ele próprio valoriza quando, reportando-se ao momento de assinatura do protocolo de geminação com Eljas, nos conta de que forma foi possível erguer um monumento ao contrabandista:

O Presidente da Extremadura ficou tão sensibilizado por nos ver tão entusiasmados e viver tão intensamente esse dia, que acabou por prometer uma estátua que pagava a diputacion de Cáceres, uma estátua dedicada ao contrabandista a ser colocada em Eljas com o contrabandista virado para as serranias por onde se fazia o contrabando, portanto, para o lado de Portugal (Campos, 2007: 78-9).

Também em Campo Maior encontramos um monumento evocativo e a nossa abordagem deste contexto particular de fronteira pode muito bem começar por aí. Trata-se de uma estátua que homenageia o empresário Rui Nabeiro e convocamo-la aqui por duas razões. Em primeiro lugar porque faz alusão explícita ao contrabando e em segundo lugar porque a história de sucesso do homenageado é indissociável dessa actividade. A razão fundamental que torna Campo Maior num lugar emblemático na memória do contrabando em Portugal é, no nosso entender, o processo singular de transmutação de uma actividade ilegal (o contrabando de café) numa actividade empresarial (torrefacção e comércio de café) tão reconhecida e estimada que deu lugar à atribuição de uma comenda de mérito industrial. Mais que a patrimonialização da memória de uma actividade, em Campo Maior deparamo-nos com uma espécie de segunda vida da fronteira entendida como recurso - pelo menos no sentido em que o café garante a sobrevivência de grande parte da população da vila. Isto não significa, evidentemente, que não encontremos nesta vila sinais de patrimonialização do contrabando, que no essencial se aproximam dos que vimos referindo.

O monumento de homenagem a Rui Nabeiro faz, como já dissemos, uma evocação expressa aos contrabandistas, servindo-se de um painel em relevo que mostra um grupo de homens com mochila às costas. Como diz a legenda que os acompanha, foram estes homens “que permitiram tudo”, ou seja, foram eles que possibilitaram a constituição da empresa de sucesso que veio a ser a Delta Cafés. Trata-se de uma grande empresa, líder de mercado, que decidiu criar um Museu de Empresa dentro das suas instalações. Basicamente, trata-se de um museu dedicado ao café, ilustrando o longo processo que vai desde a plantação à chávena do consumidor. O contrabando não é abordado de forma explícita mas o museu expõe uma velha fotografia de um grupo de

contrabandistas de Campo Maior – foi esta foto que inspirou o escultor na representação que fez da actividade na estátua de Rui Nabeiro a que já fizemos referência. Neste último caso, daqueles que tomámos para análise, a inscrição do contrabando como memória viva no quotidiano de Campo Maior depende objectivamente mais da iniciativa privada que de uma vontade política. Todavia, basta atravessar a fronteira nesta região para nos depararmos com planas de sinalização indicando a «Rota dos Contrabandistas», isto é, com trajectos pedestres que conciliam a evocação de uma actividade valorizada simbolicamente com as virtudes do exercício físico.

Estes três lugares de fronteira que aqui foram brevemente evocados, mostram diferentes formas de lidar com o passado, mais especificamente com uma actividade que se desenvolveu ao longo de toda a fronteira luso-espanhola. Não foi nossa intenção dar conta do modo como esse passado se revela naquilo a que a que podemos chamar “memória colectiva”, quer dizer, do modo como a memória dessa actividade continua a estar presente entre aqueles que a exerceram ou que com ela contactaram.¹⁰ Sabemos que as histórias de contrabando que se contam não se esgotam na narrativa mais ou menos cristalizada que o museu ou o monumento nos oferecem. Seja no infundável jogo de enganos e matreirice entre contrabandistas e guardas, seja na evocação do sacrifício ou da oposição política associado a esta transgressão (Fonsenca & Freire, 2009), os modos de contar o contrabando têm uma dinâmica que escapa à lógica de qualquer processo de patrimonialização. Não ignorando a riqueza de todos estes sentidos, neste trabalho procurámos, porém, centrar-nos em processos mais ou menos institucionalizados de convocação da memória, o que significa dizer que procurámos perceber de que forma essa *memória* difusa e dúctil se vai tornando *história*, neste caso através do museu, do monumento ou do texto escrito. As diferenças que observámos nos três contextos devem, por isso, ser relativizadas. É verdade que o museu «Espaço Memória e Fronteira», que podemos visitar em Melgaço, pouco tem a ver com o «Museu do Café», de Campo Maior, e que nenhum destes projectos se confunde com a

¹⁰ Para uma abordagem mais focalizada nesta questão, ainda que reportada, essencialmente, ao contexto de Campo Maior, cf. Cunha, 2009.

estátua do contrabandista, erigida em Eljas a pretexto da geminação entre esta localidade e Fóios. Todavia, se olharmos numa outra perspectiva, em qualquer dos exemplos que procurámos analisar, deparamos com uma visão (e uma interpretação) bastante convergente do contrabando. Evocámo-la no começo deste texto: o contrabandista heróico, mais empreendedor que assalariado, entregue a longas caminhadas, ameaçado permanentemente pela prisão e pelas balas dos guardas portugueses ou espanhóis.

Estamos, portanto, perante a idealização de uma imagem, que não corresponde, senão muito parcialmente, a uma realidade bem mais complexa. A actividade contrabandista foi extremamente variada, tanto no que diz respeito aos agentes como aos procedimentos e aos bens comercializados. O contrabando sempre viveu da oportunidade, factor que obrigava a um conhecimento bastante preciso das flutuações do mercado num e noutra lado da fronteira. Um produto que num dado momento estava a dar bom rendimento podia, subitamente, deixar de dar, do mesmo modo que a tolerância dos guardas à saída de um produto se podia transformar em feroz oposição à sua entrada no país vizinho. Mais importante ainda, as transformações que a actividade foi sofrendo, umas induzidas de fora, outras suscitadas pela organização interna dos grupos, quase levaram ao desaparecimento desse contrabandista profissional e herói dos tempos difíceis que foram vividos aquando da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial, que lhe sucedeu sem intervalo. Queremos com isto fazer notar que o herói que se valoriza e patrimonializa não é mais que um fragmento, certamente expressivo, mas nem por isso menos parcial, do que foi a realidade do contrabando na fronteira luso-espanhola ao longo do século XX. Neste sentido estamos perante uma escolha, sendo justo dizer que os processos de patrimonialização a que aludimos e de que procurámos dar conta, seguem as narrativas dominantes sobre essa actividade, tal como vários trabalhos sobre a fronteira parecem comprovar. O que importa sublinhar é que estamos perante diferentes níveis de construção da narrativa - num caso a memória colectiva, dúctil e funcional, no outro a sua transmutação em história, ou seja, a sua cristalização. O que falta perceber, mas esse é tema para outra ocasião, são os processos e os agentes

envolvidos nos actos práticos e simbólicos dos quais decorre a legitimação do sentido atribuído ao passado.

Bibliografia citada

- Amante, Fátima (2004), *Fronteira e Identidade. Construção e Representações Identitárias na Raia Luso-Espanhola*, *Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais*, ISCSP, Lisboa.
- Cabanas, António (2006), *Carregos. Contrabando na Raia Central*, Artemágica, Barcarena.
- Campos, José Manuel (2007), “O contrabando à lareira”, in *Actas das Jornadas do Contrabando*, Sabugal +, Sabugal, pp. 93-98.
- Comas d’Argemir, Dolores & Pujadas, Joan Josep (1997), *Andorra, un país de frontera. Estudi etnogràfic dels cauvís econòmics socials i culturals*, Ministeri d’Afers Socials i Cultura del Gobierno de Andorra e Alto Fulla, Andorra e Barcelona.
- Cunha, Luís (2006), “Do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior”, *Etnográfica*, vol. X (2), 2006, pp. 251-262.
- (2006), *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*, Dom Quixote, Lisboa.
- (2009), “Memórias de fronteira: o contrabando como explicação do mundo”, in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda & Fonseca, Inês (coord.), *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, Nelson de Matos, Lisboa, pp. 289-307.
- Esteves, Angelina & Sousa, Pedro (2007), “Espaço Museológico – Memória e Fronteira”, in *Actas das Jornadas do Contrabando*, Sabugal +, Sabugal, pp. 41-46.
- Fonseca, Inês & Freire, Dulce (2009), “«O contrabandista, já se sabe, era da oposição.» Discursos em torno do contrabando”, in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda & Fonseca, Inês (coord.), *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, Nelson de Matos, Lisboa, pp. 219-253.
- García de León, Martín Gómez-Ullate (2006), “Olhares Cruzados. Un proyecto museológico de las relaciones entre portugueses e españoles”, in Pereiro, Xerardo; Risco, Luís & Llana, César (org.), *As Fronteiras e as Identidades Raianas Entre Portugal e España*, UTAD/SDE, Vila Real, pp. 39-60.
- Gonçalves, Albertino (2008), “Memórias do contrabando no concelho de Melgaço”, *Boletim Cultural*, nº7, Câmara Municipal de Melgaço, Melgaço, pp. 33-40.
- Leal, Pinho (1878), *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário*, vol. VIII Matos Moreira 6 Companhia, Lisboa.
- Montemor, Nuno de (1939), *Maria Mim*, União Gráfica Lisboa.
- Rovisco, Eduarda (2009), “«La empresa más grande que tenía el gobierno português y el español era el contrabando.» Práticas e discursos sobre contrabando na raia do concelho de Idanha-a-Nova”, in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda & Fonseca, Inês (coord.), *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola. Práticas, Memórias e*

Patrimónios, Nelson de Matos, Lisboa, pp. 89-129.

Uriarte, Luís M. (1994), *La Codesera. Cultura de Fronteras y Fronteras Culturales en La Raya Luso-Extremeña*, Asamblea de Extremadura, Badajoz.

Vasconcelos, Leite de (1942), *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol III, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1980.